

# Resistência à aculturação no Ocidente Hispanico: Defesa do território e identidade linguística.

AMÍLCAR GUERRA

*Son alrededor de treinta las tribus (ethne) que se reparten el territorio entre el Tago y los ártabros, pero apesar de ser próspera la región por sus frutos, pastos y abundancia de oro, plata y metales análogos, la maioría de ellos pasaban la vida apartados de la tierra, en piraterías y en continua guerra entre si y contra sus vecinos de la otra orilla del Tago, hasta que los pacificaron los romanos, haciéndolos bajar al llano y convirtiendo en aldeas (komas) la maior parte de sus ciudades (poleis), aunque también asociándose a algunas como colonos en mejores condiciones. Fueron los montañeses los que originaron esta anarquía, como es natural; pues al habitar una tierra mísera, y tener además poca, estaban ansiosos de lo ajeno. Los demás, al tener que defenderse, quedaran por fuerza en la situación de no poder dedicarse a sus propias tareas, de modo que también ellos guerreaban en vez de cultivar la tierra. Y sucedía que la tierra, descuidada, quedaba estéril de sus bienes naturales y era habitada por bandidos.*

STR 3, 3, 5 (trad. M. J. Meana Cubero)

## 1. Enquadramento

O que designamos como romanização é um processo de aculturação complexo e prolongado no tempo, cujos contornos, mesmo os mais gerais, se não podem definir facilmente.

Há algum tempo, tratando desta questão e de uma forma genérica, K. Hopkins (1996: 15-22) chamava a atenção para as dificuldades desta tarefa. Ao mesmo tempo sublinhava a necessidade de recorrer simultaneamente à imaginação e a um conhecimento circunstanciado da antiguidade como condição para a sua inteligibilidade e, em última análise, como forma de utilizar o discurso sobre esse passado como matéria útil para o mundo actual (Idem: 18).

Dado a natureza e a quantidade da informação (ou melhor, a falta dela), pode perguntar-se que condições se exigem para colocar a imaginação ao serviço, ou se não é preferível esperar algum tempo até que a massa documental possa aumentar em quantidade e qualidade. Desde logo, o que me parece desejável é que esta, ainda que reduzida, seja submetida a uma análise mais apurada. Apesar destas limitações, é importante que se exerça sobre ela uma continuada acção exegética. Nela se insere este contributo.

Esta reflexão assume, por sugestão da linha editorial da revista, um ponto de vista menos habitual. Em vez de se apontar para a análise do processo de assimilação dos valores mais caracteristicamente romanos pelas

populações locais, tem-se especialmente em vista determinar os factores que configuram uma resistência a esse fenómeno. Ao fim e ao cabo, pretende-se uma caracterização dos povos peninsulares do ponto de vista dos seus valores tradicionais e da capacidade para os manterem vivos ao longo do tempo, em interacção com a cultura latina.

Na prossecução desse objectivo, é essencial o recurso às fontes literárias clássicas, pelo que se dedicará uma primeira parte a reflexões sobre a natureza deste tipo de informação e as suas implicações no domínio histórico. De seguida, incidir-se-á sobre um aspecto essencial para compreender as interacções entre as entidades locais e os conquistadores: a análise do percurso que sofreu o processo de conquista. Por fim, ponderar-se-á toda a questão das línguas locais, procurando avaliar em que medida estas constituíram um importante meio de afirmação das entidades peninsulares.

É manifesto para os historiadores da antiguidade a grande diversidade de povos e culturas que apresenta a Península Ibérica nas vésperas do processo de conquista. Por essa razão, sempre que se tratam estas questões, torna-se obrigatória a referência à especificidade de cada região ou etnia.

Dados os objectivos desta publicação e o leque de problemas que se propõe abordar, impõe-se uma restrição geográfica desta abordagem, não apenas por razões de espaço, mas, acima de tudo, para não se cair numa enunciação mais ou menos circunstanciada do comportamento de cada uma das entidades perante a presença romana, repetindo *grosso modo* as opiniões transmitidas pelas fontes clássicas e por qualquer vulgata da historiografia moderna.

Considerando, ao mesmo tempo, a minha própria investigação anterior,

optei por um tratamento mais restrito, que tenha essencialmente em conta a realidade do Ocidente Peninsular, o que quer dizer, na prática, o território que corresponde genericamente às Lusitânia e Galécia antigas. Para além disso, considerando a panóplia documental e os aspectos a abordar, a exposição centrar-se-á mais especificamente no centro e norte dessa vasta área, deixando deliberadamente na penumbra a realidade meridional, a respeito da qual a informação de natureza linguística é menos esclarecedora.

## 2. Romanização, literatura e política – perspectivas “etnográficas” da antiguidade

O ponto de partida para boa parte das reflexões que se seguem é constituído, como se disse, pela informação das fontes clássicas. E, no vasto domínio literário da antiguidade grega e romana, assume especial importância a produção de natureza geográfica, em especial a sua vertente mais “etnológica”. Neste âmbito se insere o texto estraboniano, de que se cita um significativo passo em epígrafe, uma das bases em que assenta a imagem que a historiografia construiu dos povos do Ocidente Peninsular.

Na análise desta documentação interessa, é claro, o que os próprios autores antigos afirmam explicitamente. Mas é também muito pertinente investigar o que omitem e compreender as razões por que o fazem. Estas primeiras reflexões destinam-se, pois, a compreender algumas das razões que subjazem às perspectivas veiculadas pelas fontes literárias a respeito da realidade étnica pré-romana.

Em primeiro lugar, importa, obviamente, saber o que um determinado autor antigo considera pertinente referir a propósito de determinadas entidades mais ou menos

ignotas. Para si e os seus leitores, a maioria dos povos do mundo romano, em particular os dos confins do mundo conhecido, corresponde a realidades que não se apresentam apenas como diferentes, mas em muitos aspectos opõem-se diametralmente à norma constituída pela cultura romana. E, por isso, a escolha dos critérios para a descrição do outro reflectem, acima de tudo, a sua própria mentalidade. Confronta-se a imagem que os gregos e romanos têm de si próprios, com o que vêm (ou deduzem) dos outros.

Esta situação foi recentemente definida por García Quintela como de “conhecimento excêntrico”, precisamente pelo facto de a abordagem etnográfica que caracteriza as fontes antigas se basear no que pensam das realidades observadas os elementos exteriores a elas, neste caso os autores clássicos (GARCÍA QUINTELA 1999: 30 ss).

É esse mundo de oposições, reflectido pelas análises “etnográficas” da antiguidade clássica que permitiu, nos últimos anos, uma perspectiva diferente dos povos peninsulares, porque não demasiado colada à imagem transmitida pelos autores gregos e latinos. A historiografia actual, ao enquadrar no seu contexto cultural a produção do discurso sobre os outros povos, ao ver na sua descrição uma alteridade, abre novas perspectivas sobre o entendimento dos textos, com um largo alcance na caracterização dessas entidades.

Um percurso pelo domínio da etnografia antiga do Ocidente Peninsular leva-nos inevitavelmente a Possidónio. Desde logo porque algumas das suas concepções enformam a

historiografia posterior – Diodoro, Estrabão –, em particular em alguns aspectos da caracterização dos povos hispânicos. Acima de tudo, conhece-se a repercussão que o seu pensamento tem na criação de uma determinada visão dos lusitanos e da figura de Viriato, personagem incontornável no tema em análise.

Os elementos do seu retrato, conhecido particularmente pelas referências que nos chegam através de Diodoro e Dión Cássio<sup>1</sup>, podem servir para a elaboração de uma imagem muito peculiar de um chefe bárbaro, atípica, de qualquer modo, uma vez que definida por marcas de admiração que não são a regra na descrição de povos “primitivos”. Neste caso concreto, como se tem sublinhado, é precisamente a circunstância de Viriato ser um representante desse mundo distanciado da civilização que o transforma na personagem, modelo aos olhos de Possidónio. Nesta concepção entram várias componentes do seu carácter: as suas modestas origens, o seu afastamento geográfico e cultural em relação aos ambientes urbanos, o seu estreito e permanente contacto com a natureza.

A perspectiva em relação a esta figura constitui, de qualquer modo, mais que uma excepção à regra, na visão das fontes clássicas da realidade hispânica. Possidónio ilustrou o seu discurso escolhendo o retrato de uma figura que idealizou e, como se depreende facilmente, não com base num conhecimento pessoal (que nunca teve), ou de particularidades da vida e pensamento de Viriato, que seria muitíssimo complicado atestar.

Ao invés, para a maioria dos autores clássicos, os lusitanos não deixam de se encontrar para lá das fronteiras do mundo civilizado. São, na designação criada pelos gregos, para abarcar precisamente todos os que não se integram nos seus padrões culturais e, por isso, não falam de todo ou falam mal a sua língua, bárbaros<sup>2</sup>. E, ainda

<sup>1</sup> A partir da análise de J. Lens Tuero (1986), aceitou-se genericamente esta perspectiva, retomada, sob diversos matizes, por García Moreno (1988, 1989), López Melero (1988), Pérez Vilatela (1989a e 1989b), Guerra & Fabião (1992), García Quintela (1999: 177-222).

<sup>2</sup> Uma recente abordagem desta questão pode encontrar-se em GARCÍA QUINTELA 1999, esp. 31-36.

que possam admirar a sua força, combatividade ou astúcia, estas características contribuem essencialmente para valorizar o feito dos conquistadores e a sua superioridade.

Há algumas décadas, Bermejo Barrera (1986: 21-28) pôs em evidência as oposições dicotómicas entre povos do Noroeste Peninsular e romanos, no quadro da *Geografia* de Estrabão, chamando a atenção para o facto de a descrição dos lusitanos e seus vizinhos constituir o contraponto de realidades romanas: os que bebem cerveja, em vez de vinho; os que usam manteiga, em vez de azeite; os que comem pão de belota, em vez de trigo; os que vivem do banditismo e não respeitam a propriedade.

Este último aspecto, referido no passo em epígrafe, constitui mesmo um *topos* da literatura antiga e não apenas para caracterizar os povos do Ocidente Hispânico, mas muitos outros. Insere-se na concepção, tipicamente cínica e em particular possidoniana, segundo a qual o homem é fruto dos condicionalismos que a natureza lhe impõe. Deste modo, os povos que habitam regiões inóspitas, montanhosas e pobres, tendem, de sua natureza a serem dotados de uma particular resistência e força física, mas são igualmente propensos ao latrocínio. Ao contrário, o clima ameno e as terras férteis proporcionam os ambientes que permitem o desenvolvimento de povos civilizados (LOMAS 1996: 48-49).

No âmbito da literatura clássica, o Ocidente Hispânico é particularmente referido a propósito das realidades correspondentes aos séc. II e I a.C., correspondendo, portanto, à fase de conquista. As duas principais vertentes da informação literária concernem, respectivamente, às movimentações militares e à caracterização geográfica (no sentido abrangente do termo). O que revela que o mundo desconhecido e exótico constituía, neste período, o

objecto da atenção dos historiadores / geógrafos, como se a sua integração nas obras correspondesse a uma das formas da sua inclusão no âmbito romano.

Seria, por assim, dizer a correspondente literária deste processo que, noutra plano, se traduzia num conjunto de medidas de natureza política e administrativa que culmina com a reorganização do território no início do principado. Esta conjugação de produção literária e dimensão política adequa-se bem à perspectiva de Estrabão, o escritor contemporâneo de Augusto que encarna bem o espírito do seu tempo e cuja obra, por essa razão, se pode tomar como um dos mais interessantes documentos para o estudo do processo de integração dos povos hispânicos na esfera de Roma.

Na sua perspectiva, o processo de conquista revela-se, especialmente no Ocidente, o motor da transformação das sociedades bárbaras, incutindo-se progressivamente as características da civilização. Este processo consiste, na base, na alteração de alguns dos condicionalismos que determinam o modo de vida das populações locais. Por exemplo, com a alteração da sua condição de montanhoses, através de uma política de fixação nas terras baixas. Na lógica possidoniana, que Estrabão segue, a criação de riqueza agrícola eliminaria uma tradição como o banditismo, uma vez que atacava as próprias origens desse mal. Porque, como se deduz claramente do passo em epígrafe, a dedicação ao trabalho agrícola é a antítese dos comportamentos típicos da barbárie.

Neste passo concreto, acentua-se a circunstância de o território não ser, em si, inóspito (o que constitui um elemento determinante do afastamento da civilização) nem pobre. Os problemas decorrem da circunstância de um grupo concreto (os montanhoses) desencadear um processo que inviabiliza o normal aproveitamento

dessa riqueza. Com uma correcta política da parte de Roma, deduz-se facilmente que estão criadas as condições para estas populações se afastarem progressivamente dos seus comportamentos típicos da barbárie. Deste modo, o processo de romanização destas regiões é, na perspectiva estraboniana, mais uma consequência da correcta aplicação de um programa que elimina os comportamentos “impróprios” do que a consequência de uma necessidade sentida pelas populações. Precisamente o contrário do que o geógrafo comentara a respeito de alguns povos meridionais.

### 3. Defesa do território e identidade cultural

**S**uplantado o domínio cartaginês no território peninsular, Roma passou a controlar boa parte da vertente mediterrânea da Hispânia. No processo de conquista que se segue, põem-se em evidência vários focos de conflito, a que as fontes atribuem pesos diferentes. No Ocidente, de um lado, encontram-se as rebeliões de diversos chefes turdetanos, do outro, os conflitos com os lusitanos. A historiografia costuma opor uma resistência relativamente curta dos primeiros à durabilidade e dimensões da dos segundos. Os recontros entre uma entidade designada como “lusitanos” e as tropas de Roma estão documentados nas fontes, pela primeira vez em 193 a. C. e prolongam-se, com períodos de particular intensificação dos conflitos, pelo menos até 139 a.C., ano do desaparecimento do mais notável símbolo da sua luta de guerrilha.

Graças às fontes clássicas, gerou-se a ideia de que a oposição militar dos lusitanos se tornou particularmente tenaz e a imagem que elas próprias transmitem em relação aos combatentes e às chefias é de um profundo empenhamento nas tarefas de resistência ao inimigo. São, portanto, os

próprios autores clássicos a estabelecer como traço mais característico desta etnia o da recusa em pactuar com o invasor. A historiografia actual, por esse facto, aceita como evidente que esta entidade recorreu a todos os meios para oferecer uma oposição militar consistente e manifestou sempre a vontade de não aceitar, senão sob a força das armas, a presença romana e as suas implicações nos diversos domínios. Sabemos, por diversas considerações das próprias fontes em múltiplas situações, que essa recusa nem sempre pautou o comportamento das populações hispânicas.

Quando se pretende pôr em confronto as duas posições antagónicas perante a conquista romana, é frequente recorrer aos clássicos exemplos de Viriato e Astolpas, imortalizados por uma visão muito própria, devida, como se disse, às concepções de Possidónio. Como se percebe actualmente, este autor concentrou no herói lusitano as virtudes de quem foi marcado por um contacto permanente com a natureza, a qual lhe ditou a norma de vida. A historiografia preferiu ver nele, acima de tudo, o símbolo de uma resistência tenaz ao invasor, coroada geralmente de êxito, apenas pontualmente vencido, enganado pela falta aos compromissos e finalmente derrotado pela traição.

Viriato encarna, naturalmente, a face do mundo peninsular mais fechado em si mesmo. Recorda-se em particular a cena das suas bodas, descrita por Diodoro, e na qual censura veementemente o sogro<sup>3</sup>, pela sua posição dúbia, que tanto aceita dar-lhe a filha em casamento, como colaborar com os romanos. Invoca-se, a esse respeito, o célebre apólogo do homem que tinha duas mulheres, uma mais nova, outra mais idosa, que

<sup>3</sup>Sigo aqui a interpretação mais tradicional das fontes, considerando todavia pertinentes as considerações de L. Pérez de Vilatela 1989: 200 e 202 e García Quintela 1999: 199, a respeito de real grau de parentesco entre este e Viriato.

alternadamente lhe arrancavam os cabelos brancos e os negros. Assim, uma simbólica calvície, precoce e desprestigiante, era o resultado de servir ao mesmo tempo a dois senhores de interesses divergentes.

O perfil do Ocidente Hispânico, visto nesta dicotomia, oferece aparentemente alguma coerência. Por isso, a historiografia moderna configurou uma situação que não diverge muito deste quadro, alargando essa narrativa das fontes a realidades mais vastas. A posição colaborante com o inimigo, encarnada por Astolpas, representa a atitude de um rico proprietário das terras meridionais, eventualmente da Andaluzia (origem que o seu nome confirmaria). Seria, por isso, o espelho de um território que aceitou, de forma relativamente pacífica, a presença romana e rapidamente assumiu um modo de vida com fortes marcas da cultura latina, isto é, característica do mundo “civilizado” de matriz genericamente mediterrânea.

Ao contrário, a resistência tenaz de Viriato corresponderia à atitude dos povos ocidentais, mais pobres, culturalmente menos abertos aos ventos que sopravam do Mediterrâneo e mais apegados ao seu território, aos seus valores e tradições.

Esta dualidade de reacções foi interpretada igualmente como uma divergência de natureza mais profunda, que poderia configurar uma separação entre uma Hispânia indo-europeia e outra que não o era. Viria então a propósito citar o caso dos Celtiberos que, em conjunto com os Lusitanos, protagonizam os conflitos mais sérios e a resistência militar mais consistente que os romanos encontraram na Península. Não se esqueceria, por fim, que também outros povos afins, como os Vetões, Galaicos, Ástures ou Cântabros, se viram envolvidos, em ocasiões distintas e com Roma, ainda que as fontes tratem de forma muito

diferenciada os vários acontecimentos que protagonizaram.

Do outro lado, recordar-se-ia a proverbial receptividade de alguns povos meridionais em relação ao mundo itálico, com reflexos em diversos domínios, especificamente na evolução das estruturas urbanas, que reflectiam progressivamente a integração deste espaço na esfera romana.

Por isso, o processo de romanização do Ocidente foi relativamente precoce. Nesse percurso se deveriam incluir algumas concessões de estatutos especiais, consequência natural da fixação de soldados em território hispânico. A este título, é habitual recordar o que Tito Lívio (43, 3) reporta a respeito de Carteia: em consequência da fixação de soldados nessa cidade, é concedido o estatuto de *colonia latina*, a qual, acrescenta, se designava “de libertos” (*libertinorum*) e que, como salienta Schulten (FHA III, 229), foi a primeira colónia *latina* criada fora do território itálico.

A acção romana assenta, em parte, numa habilidosa gestão da diplomacia, cultivada ao longo de séculos, que permite estabelecer relações com as chefias locais e abrir clivagens no território a dominar. A ideia que perpassa na documentação de natureza diversa é de uma diversidade de comportamentos, que permite conceder privilégios a indivíduos ou comunidades, de acordo com as conveniências e as estratégias diplomáticas.

Um dos casos mais significativos do uso de uma política de alianças locais, com vista a fazer frente às situações, é precisamente o testemunho transmitido pelo chamado “Bronze de Bembibre”, documento epigráfico de extraordinária importância, recentemente aparecido<sup>4</sup>. Aí se testemunha a colaboração dos *castellani Paemaeiobrigenses*, uma entidade dos Sussaros, com Roma, no

conflito com os Cântabros e Ástures, atitude que é compensada por Augusto com a concessão de uma série de privilégios. Ainda que este exemplo pareça constituir uma excepção (a julgar pelo que até ao momento se sabe), revela uma prática bem conhecida e certamente mais amplamente difundida do que as fontes documentam.

Uma leitura de alguns autores clássicos deixa claro que a passagem para o lado romano nem seria assim tão rara; todavia, como reconhece Apiano em determinado passo (Iber. 72), as populações hispânicas nessa situação com frequência mudavam de atitude, manifestando uma instabilidade no seu comportamento que causa alguma estranheza aos autores clássicos (é, em última análise, também este um comportamento típico de bárbaros). É bem conhecido, a este propósito, o exemplo dos Talabrigenses, certamente uma entidade dos Límicos – a situar, contra a interpretação mais tradicional, no Alto Vale do Lima, em território da actual Galiza – a qual foi apontada, pelo mesmo Apiano (Iber. 73), como uma das que mais vezes oscilou entre a aliança com Roma e a sublevação. E, apesar disso, jogando os seus habitantes tantas vezes na ambiguidade da sua posição, fazendo e desfazendo pactos ao sabor das circunstâncias, Décimo Júnio Bruto permitiu que continuassem a habitar a sua “cidade”, generosidade que não deixou de causar alguma estranheza aos próprios Talabrigenses, segundo o relato do historiador.

De qualquer modo, a fase inicial de conquista do Ocidente Hispânico traduz uma oposição militar, geralmente muito consistente, da parte dos povos peninsulares. Todavia, vencida a resistência dos lusitanos, que as fontes de uma maneira geral transformam num processo difícil para Roma, segue-se

uma campanha de penetração na direcção do extremo noroeste, empreendida por Décimo Júnio Bruto. Esta incursão é apresentada como uma operação pouco complexa e com uma oposição menos sistemática, ainda que da informação literária se recolham alguns episódios que acentuam simultaneamente a irredutibilidade de algumas entidades hispânicas e a superioridade militar romana.

Um dos textos mais significativos corresponde à narrativa de Apiano, a respeito da intervenção do general romano no território dos Brácaros, os quais o autor grego sublinha a bravura das mulheres, que não só combatiam ao lado dos homens, como preferiam suicidar-se ou matar os filhos a submeterem-se (APP. Iber. 71-72). Esta campanha do Galaico pelo Noroeste – um misto de missão de reconhecimento e imposição de soberania –, não parece ter conduzido ao controlo geral do território. Entre esta acção militar e a implantação de uma política consistente de integração das realidades locais, empreendida por Augusto, muitos casos de rebelião localizada se registaram, alguns ampliados pela instabilidade interna que afectou fortemente Roma durante esse período. A documentação disponível permite dar conta de um número substancial de situações em que os romanos necessitaram de intervir ao longo de um século para eliminar os muitos focos de tensão e instabilidade.

Pode tomar-se como exemplar, neste plano, a situação documentada pela *tabula Alcantarensis*, também conhecida como a *deditio* dos *Seanoc*. (LÓPEZ *et alii* 1984). Daí se deduz que em, 104 a. C. esta entidade, certamente instalada na região do achado epigráfico, assinou a rendição incondicional perante o romano *L. Caesius, imperator*, facto que se consagrou naquele texto jurídico. Nele se estabelecia, concretamente, que os vencedores reteriam os prisioneiros, bem como os cavalos e éguas, mas

<sup>4</sup>O documento epigráfico foi primeiramente dado a conhecer em BALBOA 1999.

permitiriam aos vencidos a utilização dos seus campos e casas, “enquanto o quissem o senado e o povo do Roma”, segundo uma expressão jurídica corrente.

A circunstância de uma entidade até agora desconhecida subscrever esta *deditio* faz pensar que, apesar da designação de *populus*, teria certamente uma reduzida dimensão, e revelaria bem a divisão existente no contexto hispânico, mas também a capacidade para, apesar disso, desafiar a autoridade romana (MARTÍN BRAVO 1999: 265-266).

De qualquer modo, assinale-se o facto de o texto epigráfico assinalar que os *Seanoc*. manteriam as suas leis, segundo uma fórmula bem conhecida no direito aplicado às entidades locais sob o domínio romano. Todavia, assinale-se a inexistência de uma realidade política com esse nome (uma *ciuitas Seanoc*., por exemplo) em fase posterior, ao contrário do que se poderia deduzir do que anteriormente se disse.

Em suma, um longo período de instabilidade caracteriza o processo de conquista do Ocidente, com múltiplos conflitos localizados, que correspondem a uma certa insubmissão dos povos desta região. A revolta é, todavia, apenas uma das formas de se evidenciar o desejo de afirmação da sua individualidade. Perdida a soberania das entidades hispânicas sobre o território, esta manifesta-se sob outras formas. Merece aqui uma especial referência a língua, como um dos elementos que melhor contribui para a identidade das populações.

#### 4. Personalidade e língua dos povos pré-romanos

A chegada dos romanos, o quadro linguístico peninsular parece ser bastante complexo. Apesar das manifestas faltas de informação a este respeito, o conhecimento dos sistemas linguísticos então usados permite constatar uma substancial diversidade. Genericamente, costuma dividir-se essa realidade em duas grandes áreas, separadas por uma linha sinuosa que, *grosso modo*, atravessa a Península Ibérica em sentido transversal, desde o Baixo Ebro até ao Cabo de S. Vicente (UNTERMANN 1962: esp. 16-17). Do lado norte e ocidental dessa linha falavam-se fundamentalmente línguas indo-europeias, enquanto a Sul e a Este as que não se englobavam dentro desse grupo.

De entre as primeiras, a investigação reconhece desde logo o celtibérico, sem dúvida a mais bem documentada e, por isso mesmo, a que se encontra mais bem caracterizada. A tradição de estudo sobre este novelo de problemas definiu, sobretudo com base no estudo precursor de António Tovar (1966-67) sobre a inscrição do Cabeço das Fráguas, uma outra realidade claramente autónoma, conhecida essencialmente através de três inscrições do extremo Ocidente. Pela sua distribuição geográfica e tendo em consideração a tradição historiográfica, aquele estudioso designou-a como “lusitano”, termo que acabou por se consagrar, apesar das dificuldades que uma designação desse tipo levanta.

Todavia, ficava excluído ainda um amplo território, a que se atribuía uma grande diversidade de entidades étnicas, cuja aproximação a uma ou a outra língua se fazia com base nos escassos elementos de natureza linguística ou histórico-cultural que era possível reunir. Assim, com essa base se definiu, por exemplo, uma afinidade entre o “lusitano” e a língua dos

Galaicos<sup>5</sup>, ou se estabeleceu uma aproximação entre a área celtibérica e a dos Vaceus.

Na análise deste problema tem sido considerada a questão étnica, uma vez que ela poderia ajudar a definir grandes unidades, cujos traços distintivos deveriam passar, pelo menos até certo ponto, por esse domínio.

Mesmo assim, algumas áreas permaneceram na indefinição, normalmente pela escassez de elementos, circunstância que não permitia uma aproximação fundamentada a qualquer uma das realidades já identificadas. Foi o caso do sistema usado pelos Célticos do Sudoeste, certamente de origem indo-europeia, mas em relação ao qual faltam os dados que o possam associar ao lusitano, ao celtibérico ou a qualquer outro.

No estado actual dos nossos conhecimentos, parece que deveria considerar-se a existência, na costa ocidental a norte do Vale do Tejo, de uma língua única, já chamada “hispânico ocidental” (BÚA 1997: 58), que abarcaria, no extremo Ocidente, os lusitanos e galaicos e, para o interior, os domínios ásture (afim do galaico) e vetão. Não subsistem muitas dúvidas sobre as afinidades linguísticas desta grande região, onde se usaria um sistema comum, naturalmente com as diversidades locais ou regionais que são compreensíveis nestas circunstâncias e neste contexto histórico-cultural.

Na vertente mediterrânea da linha acima citada, reconhece-se também uma substancial variedade, por vezes associada aos vários sistemas de escrita (“do sudoeste”, “meridional” e “levantino”), ainda que nada obrigue a que esta divisão tenha relevância linguística. O facto de se tratar de

falares não indo-europeus (ainda que algumas dúvidas pontuais se tivessem levantado, esta opinião continua a dominar) torna mais difícil a comparação e compreensão destas realidades, a respeito das quais se têm dado alguns passos, necessariamente hesitantes.

Qualquer que tenha sido o panorama à chegada dos romanos, nenhuma das línguas ocidentais subsistiu ao domínio romano continuado, a não ser em escassos vestígios, normalmente de natureza toponímica, antroponímica ou teonímica. Todavia, num primeiro impacto, a língua deve ter representado um dos elementos diferenciadores e certamente uma das formas mais evidentes de as populações afirmarem a sua identidade. Ao mesmo tempo, a utilização do latim reflectia uma conformidade (desejada ou forçada) com o novo domínio político-militar.

Entre uma atitude de resistência, demonstrada linguisticamente no persistente apego à língua dos antepassados e a vontade de uma rápida adaptação à realidade dominante, deveriam oscilar os comportamentos, diversidade que se situaria tanto num plano individual, como se colocava, acima de tudo, a nível de realidades populacionais mais ou menos extensas. Não há elementos concretos que permitam estabelecer uma evolução no tempo e no espaço desta transformação, embora se possa, com base em alterações de outra natureza, tecer conjecturas gerais sobre a evolução histórica e traçar as linhas gerais deste fenómeno.

A implantação de uma realidade deste tipo tem, em primeiro lugar, que ver com a existência de uma comunidade de falantes de latim, em determinados locais e com o peso numérico e social que ela pode ter. Por essa razão, lugares em que um estabelecimento militar se fixou durante determinado tempo, e sobretudo no qual se estabeleceram

<sup>5</sup> Para as afinidades a nível da antroponímia ALBERTOS 1985: 304.

tropas licenciadas, receberam um contributo decisivo para a implantação da nova língua. Mérida constitui, inevitavelmente, um caso concreto de afirmação rápida do latim, porque se trata de uma fundação colonial, centro administrativo e de fixação de gentes ligadas ao ambiente romano.

As actividades comerciais, por outro lado, devem ter justificado uma afluência crescente de negociantes romanos: em fase precoce, aproveitavam as vantagens de quem se encontra em situação privilegiada para abastecer a tropa em movimento; posteriormente usufruem dos privilégios de quem acompanha de perto os movimentos de bens e daí procura retirar vantagens.

Ao invés, os núcleos mais pequenos, à margem destas realidades, habitadas essencialmente pelas populações locais, não sentem a necessidade nem sequer o interesse de aprender um novo sistema de expressão cujo uso é ainda diminuto ou nulo na sua comunidade.

São, portanto, os contactos com o exército, a administração e as actividades comerciais que condicionam em boa parte a difusão do latim, o que significa que, no seu início, é especialmente em ambiente urbanos (em particular colónias ou cidades portuárias com forte componente de elementos exógenos) que se afirma mais precocemente esta importante componente cultural da presença romana.

*Baesuris, Ossonoba, Balsa, Cilpes, Murtili, Salacia, Pax Iulia, Olisipo, Scallabis* constituiriam, nesta perspectiva, alguns dos lugares que responderiam às condições enunciadas e, como tal, poderiam converter-se em pólos de difusão dos modelos de cariz latino e da sua componente linguística em particular.

A escolha destas cidades tem, desde logo, que ver com a própria dinâmica

do movimento de implantação no território, o qual condiciona, em primeira instância, a cronologia deste fenómeno. Um processo de conquista, que se estende ao longo de cerca de dois séculos, ocasiona inevitavelmente uma diferença substancial no estado de integração dos territórios, consoante o período em que este fenómeno ocorre e dependendo dos próprios condicionalismos inerentes ao processo que então se desencadeia.

Embora não decorra muito tempo entre a conquista dos territórios da chamada linha do vale do Tejo e a incursão de Décimo Júnio Bruto (138 a.C.) ao âmago do mundo galaico, é habitual assinalar-se a oposição entre as manifestações de resistência das diferentes áreas da costa ocidental. Costuma, em particular, salientar-se o carácter conservador das populações do centro e norte, o que se manifestaria igualmente no domínio linguístico.

A circunstância de se terem identificado, entre os documentos epigráficos de período romano, um pequeno conjunto de inscrições numa língua pré-romana, a que se convencionou chamar “lusitano”, num território que vai do vale do Tejo ao do Douro, permite colocar algumas questões a respeito do assunto em análise.

Sendo claro que a substituição de uma língua por outra no mesmo território é um processo necessariamente lento, o certo é que são muito escassos os vestígios textuais datáveis de época romana, mas respeitantes aos sistemas preexistentes. Se uma avaliação estatística fosse considerada pertinente (o que nos parece, diga-se desde já, de todo inaceitável), a presença de quatro monumentos num universo de vários milhares de inscrições identificadas na província da Lusitânia transmitiria a ideia de que essa realidade assumiria um carácter francamente residual. Levaria a considerar um quadro

cultural em que o latim rapidamente suplanta as tradições preexistentes, que acabariam por se manifestar apenas em algumas circunstâncias muito particulares. E poderia mesmo invocar-se a circunstância de as raras excepções corresponderem a monumentos associados à esfera do sagrado, acentuando-se o carácter conservador destas manifestações que se apresentariam numa língua “religiosa”, já perto da completa extinção.

Parece-me, todavia, que esta interpretação pode ser questionada. Em primeiro lugar, deve negar-se pertinência ao argumento estatístico. De facto, as manifestações epigráficas, tal como elas se apresentam, correspondem a uma tradição determinada, tipicamente romana, inserem-se numa tradição muito concreta, associada a um conjunto de hábitos, normas, formulários e “rituais” inevitavelmente ligados à cultura latina e, por inerência, aos indivíduos cuja mentalidade se enquadra nesse mesmo contexto. Não se pode considerar no mesmo plano a utilização para fins muito específicos, diferentes do habitual (neste caso, pelo que se conhece dos dois monumentos interpretáveis, uma relação de vítimas oferecidas a várias divindades) de uma técnica usada em situações perfeitamente tipificadas e, por hábito, profundamente normalizadas.

Depois, há alguns motivos para crer que a língua constitui, pelo menos em alguns casos muito concretos, uma realidade com uma longa perduração.

Mas objectivamente não temos qualquer meio que permita infirmar esta hipótese. A convicção generalizada, segundo a qual as epígrafes em “lusitano” se deveriam situar num determinado momento do alto-império, eventualmente mesmo na sua fase inicial, não tem, pelo menos para já, qualquer apoio sólido. Resulta apenas, como se disse, da ideia de que estas

manifestações se justificariam numa fase inicial do processo de aculturação e que perderiam o seu sentido quando este já tivesse atingido uma considerável dimensão.

Relativamente a esta questão, movemo-nos, é necessário ter consciência disso, num terreno de meras hipóteses. Por isso, não seria despropositado que, por uma questão de princípio, se admitisse igualmente a eventualidade de algumas delas, ou até mais do que uma, corresponder a um período mais tardio<sup>6</sup>.

Para esta vertente do problema poder-se-ia ter uma perspectiva idêntica à que é necessário adoptar a respeito da onomástica tipicamente hispânica em contextos romanos. Ainda que a subsistência da antroponímia pré-romana não implique o uso integral do sistema, perdurando mesmo que uma língua já tenha deixado de ser veículo de comunicação, pode, todavia, ser um indicador da grande longevidade que determinadas realidades linguística evidenciam, especialmente em certas regiões.

A onomástica pessoal apresenta-se, tal como o uso da língua pré-romana, como uma das modalidades de afirmação da cultura tradicional e, neste sentido, opõe-se à tendência para a uniformização pelo padrão romano. De uma forma geral, tem-se considerado que a presença de uma antroponímia de origem local, expressa normalmente por uma sequência de nome único mais nome do pai seguido ou não da palavra *filius*, se deveria enquadrar em fase relativamente precoce do império, basicamente até aos finais do séc. I d.C. Esta convicção radicava na ideia de que as manifestações mais típicas das culturas anteriores se diluiriam completamente e não perdurariam

<sup>6</sup> As conjecturas, mesmo vagas, sobre a cronologia da plena integração dos povos hispânicos no domínio da língua latina, são relativamente raras, pelo risco que envolvem. De qualquer modo, Díaz y Díaz (1983: 283) defende genericamente uma datação situada entre os finais do séc. III e os inícios do século IV para esta ocorrência em território galaico.

muito para além desse limite cronológico.

Estes pressupostos foram seriamente abalados pelo aparecimento da epígrafe do Cabeço do Crasto (S. Romão, Seia), porque se dava a circunstância de o monumento se poder datar com precisão do ano 217 d.C. O facto de aí se referir uma personagem, *Vegetus Talabari f(i)lius*, que tinha sido *aedilis*, permitia afirmar que a perduração dos modelos onomásticos tradicionais era muito maior do que se tinha até aí imaginado, tanto mais que, naquele caso concreto, se reportava a uma figura seguramente enquadrada numa realidade política de considerável importância e não propriamente a alguém que está afastado dos centros de decisão.

A maior presença das manifestações da antroponímia tipicamente local tomou-se como um dos critérios para a diferenciação das áreas mais tendentes a manter alguns traços culturais e, aparentemente, a manifestarem maior resistência aos fenómenos de aculturação: no Ocidente Peninsular, todo o território litoral a norte do Maciço Central, a que se juntava, no interior, o que corresponde à Beira Baixa e parte do Alto Alentejo, bem como às províncias de Cáceres e, parcialmente, de Badajoz.

Em paralelo com as perdurações onomásticas, podem colocar-se algumas realidades epigráficas de natureza teonímica. Ainda que pouco se conheça das manifestações religiosas dos povos pré-romanos, uma vez que a epigrafia é parca nesse tipo de informação, subsiste um considerável número de nomes de divindade, material que tem servido de base para a caracterização dessa vertente cultural. Na sistematização tradicional distinguem-se três categorias de teónimos: os que são veiculados pela romanização (ainda que não especificamente originários de Roma); os que são tipicamente locais; e

os que resultam de uma simbiose das duas tradições, correspondentes genericamente a teónimos romanos a que se seguia um epíteto especificamente hispânico. Desta tripartição não deve retirar-se a ideia de que só a última representaria a confluência das culturas ou que esta espelharia, mais do que as outras, este fenómeno. Parece preferível admitir que, em todas as situações, estamos perante realidades complexas em que podem coexistir elementos de várias origens, sendo difícil determinar a importância relativa de cada uma das componentes.

De qualquer modo, é inevitável que a perduração de nomes de divindades indígenas (ou mesmo a atribuição de invocações locais a entidades romanas) represente um indício de maior apego à tradição e, como tal, seja interpretado como um modo de os indivíduos ou as comunidades afirmarem, desta forma, as suas especificidades.

Ao comparar-se a distribuição da onomástica pré-latina com a difusão dos teónimos caracteristicamente hispânicos, facilmente se constata como são coincidentes. Admite-se, por isso, que a subsistência destes elementos tenha que ver com a própria natureza das entidades que habitam esse espaço geográfico. O que se conhece, no domínio linguístico como no religioso, permite estabelecer ligações relativamente estreitas entre as populações de todo o espaço ocidental e entrever um conjunto de traços que se aproxima. A nível linguístico, teríamos, nessa área, uma língua comum, que poderia ser designada, como propõe Carlos Búa, como o “hispânico ocidental”. As afinidades linguísticas identificadas nessa ampla região não são de modo nenhum incompatíveis com a existência de algumas especificidades em determinados territórios, como já se tinha verificado na onomástica pessoal, onde se podiam entrever vínculos mais estreitos entre diversas áreas, por exemplo, entre o

território bracarense e o chamado “lusitano” (Albertos) .

Essa comunidade de elementos de natureza linguística e religiosa espelharia um conjunto de traços comuns entre as populações e justificaria, em certa medida, uma relativa uniformidade no modo como se preservaram as marcas culturais ao longo da presença romana. Em suma, indícios de um conservadorismo que permitiu a transmissão, mesmo em contextos há muito romanizados, de elementos identificadores das suas tradições.

No que respeita às divindades de nome pré-romano, tem-se sublinhado geralmente a sua especificidade no plano religioso. Como é compreensível, não faltam elementos que documentem que o contacto com a tradição clássica deu lugar a realidades onomasticamente hispânicas, mas em cujas práticas religiosas se implantaram algumas tradições itálicas. O caso de Endovélico representa, sem dúvida, uma situação paradigmática.

Apesar do número de atestações epigráficas, com consequências a nível da informação, e de alguns dados de natureza arqueológica (muito sumário, uma vez que os resultados dos trabalhos, já muito antigos, não são muito esclarecedores), os elementos disponíveis são ainda ténues e muitas vezes ambíguos no seu significado.

Algumas investigações mais recentes na área de S. Miguel da Mota, conduzidas por Manuel Calado (1993: 59, 157), proporcionaram alguns elementos novos. Foram nomeadamente identificadas na região algumas estruturas que este investigador associou a um antigo santuário pré-romano, desviado no espaço e também na sua natureza pelo contacto progressivo com a cultura romana. Na realidade pouco de concreto se pode dizer a respeito das alterações da

religiosidade, dado o desconhecimento profundo em relação aos cultos tradicionais.

Desse mundo restaram, em primeiro lugar, os nomes: dos deuses e dos dedicantes. É especialmente em relação aos primeiros que se podem tecer algumas considerações que julgo pertinentes. O que persiste para além disso é, por regra, quase completamente desconhecido ou resulta de considerações cujo fundamento tem sido frequentemente contestado. Refiro-me em especial às deduções sobre a natureza das divindades feitas com base na interpretação da etimologia dos respectivos teónimos (sobre a questão, v. DE HOZ 1986: 33-35).

Em relação aos nomes, poderiam, desde logo, alinhar-se algumas considerações sobre a sua distribuição. Constata-se, em primeiro lugar, que, de um lado, se podem colocar os elementos teonímicos frequentemente repetidos com uma amplíssima dispersão no espaço do Ocidente Peninsular. Trata-se, por norma, da primeira parte do teónimo, em geral seguida de um ou mais epítetos, cuja natureza tópica é habitualmente aceite. O caso paradigmático respeita às ocorrências do chamado “grupo Band-”.

Noutro plano se situariam as divindades de âmbito regional ou local. Um dos exemplos mais sugestivos parece-me continuar a ser o de *Trebaruna*, teónimo que se regista quase exclusivamente numa região que compreende genericamente a parte mais oriental da Beira Alta e o território que corresponde hoje sensivelmente à província de Cáceres. Com excepção de um caso isolado da região de Lisboa (de resto sob uma variante fonética única), todas as restantes ocorrências provêm da zona referida.

Talvez seja caso para pôr esta situação em paralelo com o que disse a respeito da(s) língua(s).

De um lado, a convicção que há uma comunidade linguística bastante ampla em boa parte do Ocidente, em particular a norte do Vale do Tejo, situação que as dedicatórias a *Bandue / Bandi* poderiam sustentar. Do outro, as especificidades regionais, que poderiam corresponder aos particularismos linguísticos regionais, cuja caracterização se encontra ainda por fazer, mas que se toma como um dado adquirido.

Em síntese, a língua, nas suas diferentes manifestações, proporcionou um repertório suficientemente rico e diversificado de elementos peculiaridades do mundo pré-romano e constitui, inevitavelmente, uma das principais manifestações da identidade dos povos hispânicos. E, mesmo quando já se tinha extinguido como sistema de comunicação, deixou os vestígios mais persistentes dessa realidade, prolongando substancialmente os elementos de uma tradição que muitas vezes se manteve apenas por essa forma. Apesar de relativamente escassos, os elementos que se possuem dessa realidade constituem ainda uma importante base para a caracterização dos povos hispânicos. Esta abordagem breve e de natureza exploratória aponta somente alguns aspectos gerais, que futuras investigações deverão desenvolver e precisar.

## Referências bibliográficas

- ALBERTOS FIRMAT, M. L. 1985 – “La onomástica personal indígena del Noroeste Peninsular (Ástures y Galaicos)”, Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 1980), Salamanca, pp. 255-310
- BALBOA DE PAZ, J. A. 1999 – “Un edicto de Augusto hallado en el Bierzo”, Revista del Instituto de Estudios Bercianos, 25, pp. 44-53.
- BERMEJO BARRERA, J. C. 1983 – “Etnografía castreña e historiografía clásica”, G. PEREIRA (ed.), Estudos de cultura castrexa e de Historia Antiga de Galicia, Santiago de Compostela, pp. 129-146.
- BÚA CARBALLO, J. C. 1997 – “Dialectos indoeuropeos na franxa occidental hispánica”, Galicia fai dous mil anos. O feito diferencial Galego, I. Historia, Santiago de Compostela, pp. 51-99.
- CALADO, M. 1993 – Carta arqueológica do Alandroal, Alandroal.
- DÍAZ Y DÍAZ 1983 – “Sobre la implantación del latín en la sociedad galaico romana”, G. PEREIRA (ed.), Estudos de cultura castrexa e de Historia Antiga de Galicia, Santiago de Compostela, pp. 283-293.
- GARCÍA QUINTELA, M. V. 1999 – Mitología y mitos de la Hispania prerromana, III, Madrid.
- GARCÍA MORENO, L. 1988 – “Infancia, juventud y primeras aventuras de Viriato”, Actas del I Congreso Peninsular de Historia Antigua, II, pp. 373-382.
- GUERRA, A. 1989 – “Uma importante epígrafe proveniente do Cabeço do Crasto (S. Romão, Seia)”, Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu, Viseu, pp. 425-430.
- GUERRA, A. 1995 – Plínio-o-Velho e a Lusitânia, Lisboa.
- GUERRA, A. 1998 – Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente Peninsular, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa.
- HOPKINS, K. 1996 – “La romanización: Asimilación, cambio y resistencia”, in J. M. BLÁZQUEZ & J. ALVAR (eds.), La romanización de Occidente, Madrid, pp. 15-43.
- DE HOZ, J. 1986 – “Religión de los pueblos prerromanos de Lusitania”, Manifestaciones religiosas en la Lusitania (Cáceres, Marzo de 1984), Cáceres, pp. 31-49.
- LENS TUERO, J. 1986 – “Viriato, héroe y rey cínico”, Revista de Filología Griega, 2, pp. 253-272.
- LOMAS, F. J. 1996 – “Civilización y barbarie. A vueltas con la romanización”, J. M. BLÁZQUEZ & J. ALVAR (eds.), La romanización de Occidente, Madrid, pp. 45-55 .
- LÓPEZ MELERO, R.; SÁNCHEZ ABAL, J. L. & GARCÍA JIMÉNEZ, S. 1984 – “El bronce de Alcántara: una dedito del 104 a. C.”, Gérion, 2, pp. 265-323.
- MARTÍN BRAVO, A. M. 1999 – Los orígenes de Lusitania, Madrid.
- PÉREZ VILATELA, L. 1989 – “Notas sobre la jefatura de Viriato en relación con la Ulterior”, Archivo de Prehistoria Levantina, 19, pp. 191-204.
- TOVAR 1966-67 – “L’inscription de Cabeço das Fráguas et la langue des Lusitaniens”, Études Celtiques, 11, pp. 237-268
- UNTERMANN 1962 – “Áreas e movimentos linguísticos na Hispânia pré-romana”, Revista de Guimarães, 72, pp. 5-41.